

É AGORA OU NUNCA!

Para conter o aquecimento global em 1,5°C é preciso reduzir para metade a emissão de gases com efeito de estufa ao longo desta década. Só assim o planeta poderá ser protegido dos efeitos devastadores da subida do nível dos mares, da desertificação, das cheias e dos incêndios.

Perante esta evidência, 197 países comprometeram-se em 2015 com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos dois graus. A cimeira sobre o clima realizada em novembro na cidade escocesa de Glasgow - a COP-26 - deveria servir para atualizar as metas de combate às alterações climáticas.

Cimeira de Glasgow, mais um fracasso

À semelhança das anteriores, a cimeira de Glasgow foi pouco mais que um desfile de promessas de governantes e publicidade verde das multinacionais poluidoras. A própria União Europeia não tem cumprido o prometido.

Segundo a ONU, se os países seguirem no caminho atual, o aumento de temperatura será de 2,7 graus. Se cumprirem os compromissos agora declarados na COP-26, então o aquecimento será de 2,2 graus. Ou seja, em nenhum dos

casos se cumpre sequer a meta do acordo de Paris, muito menos os 1,5 graus que poderiam ainda travar a catástrofe climática.

A esperança está na luta

Fora da reunião formal, onde os poderosos partilham discursos de autovalidação, reuniu-se a Cimeira dos Povos pela Justiça Climática. Milhares de ativistas, na sua maioria muito jovens, compreenderam há muito o que as elites querem negar: uma drástica redução das emissões de gases de estufa só é possível com uma radical transformação do modo de produção, consumo e mobilidade.

Em vez de promoverem essas alterações, os governos entregam-se a um perigoso ilusionismo. Numa mão, os dados científicos que apontam para o desastre. Na outra, os lucros dos grupos financeiros que dependem da poluição. O resultado é a promessa de que "o mercado" resolverá os problemas. E assim o planeta vai aquecendo, enquanto os gigantes da energia prometem plantar árvores para compensar a destruição de hoje.

A esperança vem dos jovens do mundo que sabem que não há tempo para meias-medidas. **É agora ou nunca!**

AS PROPOSTAS DO BLOCO

- Cancelar todos os financiamentos europeus em combustíveis fósseis
- Investir nas energias renováveis, através de uma indústria pública europeia
- Alargar a rede de transportes públicos e garantir a sua progressiva gratuidade
- Aumento da meta de redução de emissões de CO2 para 2030, de 40% para 65%, e zero emissões até 2040
- Fundo de transporte ferroviário europeu para construir ligações entre todas as capitais europeias e grandes cidades
- Apoio da UE aos países mais pobres para combater as alterações climáticas
- Fim da produção de automóveis movidos a combustíveis fósseis até 2025

Não há compromisso pela floresta

No primeiro dia de trabalhos oficiais em Glasgow foi anunciado um acordo para acabar com a desflorestação (incluindo na Amazónia) até 2030. Mas esta meta é um adiamento por uma década face ao compromisso na cimeira anterior.

O extremista de direita que preside ao Brasil, Jair Bolsonaro, terá carta branca para continuar a devastar a maior floresta tropical do mundo e as suas comunidades indígenas, em nome dos interesses económicos associados ao agronegócio.



Bloco

adere.bloco.org

Eleições legislativas 30 janeiro 2022



Razões fortes Compromissos claros

COMBUSTÍVEIS

Complicar não resolve

Quem conseguir aceder à totalidade do desconto anunciado pelo governo receberá apenas cinco euros por mês, e só até março. Há quem gaste cinquenta vezes esse valor por mês para ir e vir do emprego.

O Bloco defende a fixação de preços máximos de venda. Mas uma solução de fundo só pode vir do investimento massivo em transportes públicos não poluentes, capazes de resolver as questões da mobilidade das pessoas e reduzir a necessidade de transporte privado.

TELETRABALHO

Acabou a lei da selva

Muitos abusos foram sofridos sob o confinamento, mas a ousadia da proposta do Bloco de Esquerda mostra que é possível avançar sobre as regras laborais.

Na elaboração da nova lei do teletrabalho, o PS deixou cair o seu projeto inicial. Foi assim possível estabelecer a obrigação do pagamento pelas

empresas das despesas adicionais com energia e comunicações, por exemplo. Ficou ainda consagrado o dever das entidades patronais não contactarem os trabalhadores fora do período normal de trabalho e a salvaguarda do trabalhador sempre que pretenda regressar ao trabalho presencial.

EUTANÁSIA

Chegou a hora do respeito

Foram décadas de discussão na sociedade e anos de debate no Parlamento. O Bloco de Esquerda orgulha-se do trabalho feito.

A despenalização da morte assistida permite o respeito pela escolha livre, em consciência e segurança. Foi aprovada uma lei que respeita a dignidade de cada pessoa. Cabe agora ao Presidente

promulgá-la. Para o deputado bloquista José Manuel Pureza, "a nova lei combina prudência com determinação, tolerância com rigor, não obriga ninguém a ir contra a sua vontade e impede que se imponha a alguém uma morte que viole as exigências de dignidade que esse alguém se impôs ao longo da vida".

RECEBE NOTÍCIAS DO BLOCO



MANDA MENSAGEM PARA O WHATSAPP

969 764 986

JUNTA-TE AO BLOCO

adere.bloco.org



Contem com o Bloco para avançar, não para deixar tudo na mesma

Entrevista a Catarina Martins



As eleições de 30 de janeiro eram inevitáveis?

Não. Eleições antecipadas são um caminho normal quando não há outro. Mas havia outros. Nunca em nenhum país europeu foram convocadas eleições em resultado da recusa pelo parlamento de uma proposta de Orçamento. Esta é uma crise artificial e desnecessária. O Presidente anunciou-a ainda durante a negociação do orçamento e o primeiro-ministro logo agarrou, como uma oportunidade, fazendo fracassar a negociação para ir a eleições tentar uma maioria absoluta.

Foi a intransigência de António Costa sobre as propostas do Bloco e do PCP na negociação orçamental que levou o país para eleições antecipadas. Não tinha de ser assim e não devia ter sido assim.

No ano passado, o governo já tinha recusado as propostas do Bloco nas áreas do trabalho, da saúde e da proteção social - e já então o Bloco votou contra o Orçamento. O Bloco tem sido demasiado exigente?

As pessoas podem avaliar isso por si mesmas. Justifica-se uma crise política para manter em vigor as regras laborais da troika, a que o próprio PS se opôs? Justifica-se uma crise política para impedir carreiras da Saúde, com exclusividade e condições adequadas, para termos os profissionais necessários? Justifica-se uma crise política para continuar a dupla penalização de quem tem que pedir a reforma antes de completar 66 anos e sete meses, uma dupla penalização que o próprio governo do PS considerava abusiva? Nada disso se justifica.

Qual foi então o problema?

António Costa nunca aceitou que o povo lhe tivesse recusado a maioria absoluta em 2019. Para procurar obtê-la, criou esta crise política artificial. É uma escolha errada do PS.

Na habitação, os problemas estão à vista, mas tardam as mudanças legais. O que explica isso?

A explicação está na cedência aos interesses privados. Há um par de anos, António Costa criticava a Lei Cristas pelo seu efeito desastroso no preço das rendas, que levou ao despejo de muita gente. António Costa tinha toda a razão. Mas, se a lei era tão má, porque recusou substituí-la por uma lei que proteja a habitação

“Cá estaremos depois das eleições. Sem intransigência, nem capitulação”

Houve uma ruptura de relações com o PS?

Não. Houve uma negociação que falhou por intransigência do governo. Quem elege deputados do Bloco não elege deputados do PS. Temos um mandato próprio e respeitamo-lo. Lutamos por salários, pensões, saúde, clima. Não votamos sob chantagem.

E depois das eleições?

O Bloco de Esquerda foi sempre uma solução, propôs soluções e está pronto para soluções. Depois das eleições de 30 de janeiro, teremos a força que recebermos nas urnas. Um governo minoritário do PS não pode contar com o Bloco para deixar tudo na mesma. Mas para negociações sérias, para remover os bloqueios que António Costa impôs em questões essenciais da saúde, do trabalho ou das pensões, para isso, as pessoas podem contar connosco.

nas cidades, proteja os bairros históricos e acolha os jovens? A razão é esta: vistos gold, fundos de investimento, benefícios fiscais. O governo preferiu ceder aos interesses económicos.

E na Saúde? Depois da pandemia, o SNS dá sinais de exaustão. Qual é a divergência com o PS?

Duas figuras de referência do PS e do Bloco, António Arnaut e João Semedo, propuseram-se renovar o SNS, atraindo e fixando os profissionais através de carreiras bem pagas e com desenvolvimento de competências, articulando hospitais e centros de saúde e acabando com a entrega de hospitais à exploração privada.

Mas a concretização da lei - prometida em 2019, em 2020, em 2021 - nunca aconteceu. E assim temos hoje mais de um milhão de pessoas sem médico de família. Vamos a caminho dos vinte milhões de horas extraordinárias no SNS.

No PS há fortes pressões contra o reforço do SNS. O presidente da Associação dos Hospitais Privados é um ex-governante socialista. Uma das principais cadeias de laboratórios privados é de uma figura do PS. Esses interesses são obstáculos ao reforço do serviço público. E António Costa continua a recusar a exclusividade dos médicos e o fim da promiscuidade com o privado.

Não há o risco de que, como em Lisboa, a direita possa chegar ao governo?

O maior inimigo da direita é a própria direita. No debate do orçamento, não deixou uma única ideia ou proposta, continua a sonhar com austeridade e privatizações. Embrulhada em conflitos de poder, a direita não tem credibilidade para ser alternativa.

Quanto a Lisboa, é bom sublinhar que a direita ganhou a presidência mas continua a ser muito minoritária, com apenas sete dos 17 vereadores. Nas eleições para o parlamento, não basta chegar em primeiro. É preciso uma maioria de deputados para formar governo. Recorde-se que, em 2015, o PSD foi o partido mais votado e isso não impediu os acordos da “geringonça” que viraram a página da austeridade.

Conheça as propostas do Bloco que António Costa recusou

SAÚDE Investimento e regras claras. Profissionais e médicos para todos

- > Os médicos do SNS devem ser beneficiados se optarem por não acumular com o privado. Aos chefes de serviços do SNS, essa acumulação com o privado deve deixar de ser permitida.
- > Criar em 2022 a carreira de técnico auxiliar de saúde.

PENSÕES Fim dos cortes da troika aos reformados com mais de 40 anos de descontos

- > Pensionistas com mais de 60 anos e 40 anos de descontos devem deixar de sofrer o corte do “fator de sustentabilidade” (menos até 15,5% na pensão);
- > Entre 2014 e 2018, muitas pensões antecipadas sofreram graves penalizações, que se mantêm apesar de terem sido entretanto eliminadas da lei. Devem ter o seu valor recalculado com as regras atuais.

EMPREGO Retirar os cortes da troika dos direitos de quem trabalha

- > Os trabalhadores despedidos devem receber como indemnização 30 dias de salário por cada ano de trabalho. Assim foi até que o governo Passos Coelho reduziu essa base para 12 dias. O PS opôs-se, mas agora mudou de ideias.
- > Horas extraordinárias pagas como eram até à intervenção da troika: 50% pela primeira hora, 75 % nas seguintes, em dia útil; 100% em dias de descanso ou feriado.
- > Repor os 25 dias de férias.
- > Entre a lei e o contrato, vale aquele que melhor proteger o trabalhador - princípio do tratamento mais favorável.
- > Nenhum contrato coletivo deve caducar ou ser substituído por outro sem o acordo dos representantes dos trabalhadores.



E porque não em Portugal?

O governo socialista espanhol eliminará, até ao final deste ano, os retrocessos introduzidos nas leis laborais em 2012 pelo governo de direita.

Normas bem semelhantes às que Passos Coelho introduziu e que, por cá, António Costa insiste em manter...

AO LADO DOS FACTOS

Numa longa entrevista à RTP, o primeiro-ministro centrou-se nas acusações às propostas do Bloco sobre pensões e Segurança Social.



O Bloco “ameaça o futuro da Segurança Social”?

FALSO. Na negociação do orçamento, o Bloco não propôs qualquer alteração estrutural ao sistema de pensões. Limitou-se a defender que prossiga a eliminação, iniciada em 2017, do corte do “fator de sustentabilidade” nas pensões antecipadas que ainda o sofrem. Em 2020, foram apenas 10% de todas as pensões requeridas nesse ano, apenas dez mil pessoas.

“Quando o lay-off era pago a 100%, foi porque tínhamos força na Segurança Social para o fazer”?

FALSO. Ao contrário do que diz o primeiro-ministro, o lay-off não é pago com dinheiro da Segurança Social, mas sim com verbas do Orçamento. Esta foi sempre uma condição exigida pelos partidos de esquerda nas negociações sobre o lay-off.

O governo aceitou “que se poderia passar à reforma sem qualquer penalização as pessoas com elevado grau de incapacidade para o trabalho”?

FALSO. Para quem tivesse pelo menos vinte anos de descontos aos sessenta de idade e 80% ou mais de incapacidade, a proposta do governo era eliminar o “fator de sustentabilidade” (corte 15,5%) mas manter a penalização pelo “fator de redução” (corte 39,5%).



Se o governo não tem um Orçamento aprovado é porque não quer. Uma a uma, o primeiro-ministro rejeitou - e ainda não explicou ao país porquê - todas as medidas que o Bloco de Esquerda apresentou.

Não creio que as tenha recusado por sinceramente acreditar que vergaria o Bloco e o levaria a abdicar do respeito pelo seu mandato. Sabia bem que votaríamos contra, como já votámos há um ano. O governo fez a sua escolha. Mas irmos para eleições, senhor primeiro-ministro, é a escolha errada.”



Catarina Martins na Assembleia da República